

Twenty-Third Annual International Law and Religion Symposium
Brigham Young University – Provo, Utah – October 2-4, 2016

Dr. Alexandre Brasil Fonseca¹

Religious Rights in a pluralistic world: The Brazilian Approach

Diferentes pesquisas afirmam que a religião é o principal espaço de encontro/socialização dos jovens no Brasil. Entre os jovens envolvidos em organizações sociais, cerca de 80% o faz a partir das religiões (FONSECA; NOVAES, 2007). A se pensar na busca da paz no contexto do diálogo inter-religioso, a experiência brasileira indica que é fundamental contemplar o envolvimento das juventudes de forma intencional e participativa, a partir de uma ação direta e autônoma dos e das jovens.

Desde o artigo 18º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, boa parte dos documentos internacionais em que a religião aparece, ela figura na linha do “sem discriminação de raça, sexo, língua ou religião”. Isso é o padrão até a declaração que tratou especificamente da questão religiosa, a **Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções**, de 1981. Fundamentalmente a compreensão que expressam é do direito a ter (e conseqüentemente não ter ou de mudar), praticar e educar os filhos no escopo de uma específica (ou de um *blend*) religião sem ser discriminado e também é ressaltado o papel do Estado no sentido de garantir e fortalecer o respeito às religiões minoritárias. Esse poderia ser um resumo, das diferentes citações da religião nos tratados internacionais de Direitos Humanos.

No Brasil, vive-se uma relativa diversidade religiosa, com forte predomínio cristão, em que cerca de 80% da população jovem ou é católica ou protestante. Esse contingente abrange cerca de 35 milhões de pessoa com idade entre 15 e 24 anos, segundo dados do Censo Nacional de 2010. A filiação religiosa dos jovens brasileiros é bastante similar ao do conjunto da população, porém é possível identificar uma menor adesão desses às religiões (Tabela 1). Chama atenção o fato de que enquanto para todos os tipos de confissão os percentuais de filiação religiosa são menores entre os jovens exceto entre aqueles que se definem como sendo “sem religião”.

¹ **Alexandre Brasil Fonseca**, holds a doctorate in Sociology from the University of São Paulo (2002) and a post-doctorate from the University of Barcelona (2009). He is associate professor at the Federal University of Rio de Janeiro. Since 2012, he has been working in the Federal Government on issues of human rights, social participation, social dialogues and religious diversity. He was Coordinator-General of the National Committee to Respect Religious Diversity, linked to the Secretary of Human Rights of the Presidency (2015-2016). His latest book is "Religion and Privileges: State, Secularization and Religious Diversity in Brazil" (2011, in Portuguese). For a full curriculum see <http://lattes.cnpq.br/5047128974971884>

Table 1: Religion in Brazil (Population and Youth), 2010

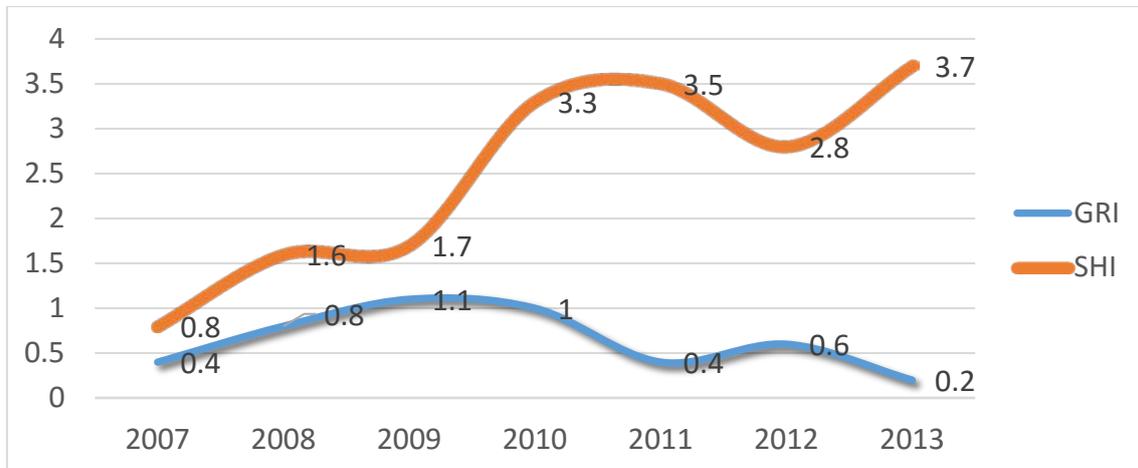
Religion	Population	15-24 years
Catholic	64,63	63,71 ↓
Protestant	22,16	21,68 ↓
Espiritism	2,02	1,45 ↓
Afro-Brazilian	0,31	0,28 ↓
Islamism	0,02	0,01 ↓
Judaism	0,06	0,04 ↓
Others	2,76	2,67 ↓
No-Religion	8,04	10,16 ↑

Fonte: Censo Nacional, IBGE

Como dar conta dessa pluralidade? Que se amplia diante da presença de dupla pertença religiosa e de um alto número de religiosos “não-praticantes”. Como se pensar direitos humanos e religiões no Brasil de hoje a partir desta configuração das religiões? Aqui entra o tema da necessidade de se promover o respeito às religiões minoritárias, os cultos de matriz africana, de matriz indígena e outras experiências autóctones. Diante do aumento de episódios de intolerância e violência religiosa, o Estado brasileiro tem atuado no sentido de combater e prevenir a intolerância religiosa, questão garantida nas leis (FONSECA; ADAD, 2016). Somente há 30 anos é que o Candomblé na Bahia, por exemplo, se viu desobrigado a ter registro na polícia para poder constituir um local de culto. Recente também é a legalização fundiária dos terreiros. O Brasil ainda está em um estado inicial em relação à garantia de um ambiente de respeito à diversidade religiosa, questão que se torna cada vez mais necessária em decorrência de uma maior presença das religiões minoritárias e constante diminuição dos fiéis do catolicismo desde o final do século passado.

No relatório de 2015 do *Pew Research Center* identifica-se um crescimento nos últimos sete anos das hostilidades religiosas em nível mundial, tanto das restrições governamentais como dos conflitos na sociedade. O Brasil é citado como país com menor nível de restrições governamentais, sendo que se identifica um aumento das hostilidades sociais nos últimos anos, sendo classificadas neste relatório como "altas" numa escala composta por quatro níveis: baixo, moderado, alto e muito alto. Em 2007 esses conflitos foram classificados como baixos, conforme se verifica no gráfico 1.

Graph 1 - Brazilian Religion's Governmental Restrictions Index (GRI) and Social Hostilities Index (SHI), 2007-2013



Fonte: Pew Research Center, 2015

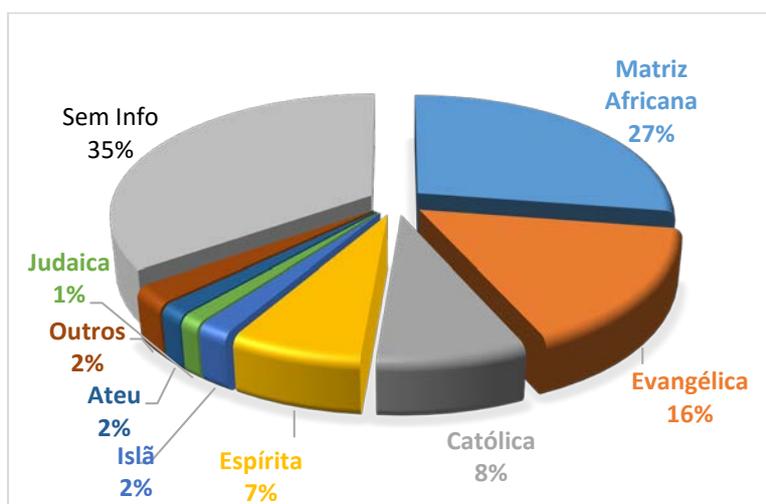
Entre os 25 países mais populosos estudados, o Brasil ocupa uma posição das mais baixas, sendo o sétimo com menos conflitos (era o segundo em 2007). Ainda se vive uma realidade distante de conflitos extremos, porém considera-se fundamental que - como sociedade - sejam discutidos e amadurecidos processos que promovam a convivência entre as religiões dentro do arcabouço da laicidade do Estado. Em 2015 foi emblemático o caso da menina Kailane de 13 anos, agredida no Rio de Janeiro por uma pedra simplesmente por estar vestida com roupas características de suas crenças do Candomblé.

Causes

O aumento dos conflitos por discriminação religiosa ajuda a explicar por que cada vez menos jovens afirmem possuir uma filiação religiosa. Essa postura não deve ser lida como um aumento do ateísmo, mas sim como a negação de religiões institucionalizadas que acabam por representar espaços de conflito e disputas. A partir dos dados da Ouvidoria de Direitos Humanos do governo brasileiro em relação às discriminações religiosas é possível estabelecer algumas questões.

Inicialmente a presença de denúncias de violações por discriminação religiosa entre todas as confissões de fé, com predominância das vítimas de religiões minoritárias, no caso brasileiro, das religiões de matriz africana. Se este é o grupo que mais sofre violência e intolerância, é importante sublinhar que todos os outros grupos religiosos também afirmam sofrer situações de intolerância, conforme se identifica no Gráfico 2.

Graph 2 - Religion victim of religious intolerance, 2011-2015



Fonte: Dados de Ouvidorias, n= 396 (Fonseca; Adad, 2016)

Uma questão que diferencia as violações recebidas pela Ouvidoria é a presença recorrente nos relatos dos fiéis de Matriz Africana de expressões que remetem ao medo e ao sofrimento, envolvendo em várias situações violência física. Em relação a todos os outros grupos religiosos as denúncias geralmente se referem a situações de constrangimento e perseguições, geralmente no campo das agressões psicológicas.

Tanto os principais locais de violação (41% ocorreram no ambiente doméstico e 9% no ambiente escolar), como a existência de proximidade entre vítima e denunciado (39% eram vizinhos ou familiares) corroboram a presença de situações de conflito em decorrência da religião entre pessoas que professam uma mesma fé. A análise dos dados indica a recorrência de denunciados de uma mesma religião, entre todas as confissões, permanecendo uma diferença entre seguidores de religiões de Matriz Africana no que se refere a estes sofreram tanto de pessoas de seu mesmo grupo, como também de um amplo conjunto de outras confissões. Isto não ocorre com as outras religiões, geralmente as denúncias se restringem ao mesmo grupo e a fiéis que professam uma ou outra religião.

Uma situação plena de liberdade religiosa não é garantia da ausência de conflitos e discriminações que encontram na religião formas para a sua expressão. Na emergência de um mundo religioso plural, já há um pluralismo religioso que se faz presente no seio das famílias, nas escolas, em espaços públicos. Conflitos não estão ausentes. Mas os jovens convivem hoje com velhos e novos fundamentalismos, assumidos sincretismos, crenças seculares e religiosas na sociedade e na família. Diferentes trajetórias religiosas juvenis se inscrevem em um campo de possibilidades em que se pode escolher entre vivenciar a libertação (ou re-escolha) da religião familiar de origem; fazer novas escolhas religiosas que não faziam parte da experiência de gerações anteriores e, ainda, de ser religioso sem religião. O desafio será sempre não desconsiderar essa importante dimensão da vida dos jovens, mas também não a

tratar isoladamente como se as religiões e religiosidades não estivessem no mundo, sempre grávidas de historicidade.

É importante ter em perspectiva a relação da religião com as outras esferas da vida humana. No caso brasileiro é impossível não associar os conflitos religiosos à outras disputas e discriminações. Em relação às minorias religiosas de matriz africana, por exemplo, os dados indicam a presença de outras discriminações, geralmente associadas à raça, questões étnicas ou a identidade de gênero e orientação sexual. Questões envolvendo disputas econômicas-patrimoniais também estão bem presentes. Os conflitos relacionados à religião não se dão de forma isolada e num vazio, sendo importante considerar a complexidade desta realidade em seu enfrentamento, considerando que o espaço da religião ocupa lugar importante em decorrência da força narrativa e explicativa que possui para esses processos.

Em *survey* realizado em 2004 ao se observar separadamente fiéis jovens de religiões de Matriz Africana percebeu-se que na interpretação desses jovens o fato de seguirem o candomblé ou a umbanda não era a principal razão para experimentarem situações de discriminação (FONSECA; NOVAES, 2007). Entre esses se destacaram aspectos relacionados à cor/raça (50% na escola e 44,4% no espaço público) e à homossexualidade (12,5% em casa, 11,1% no espaço público e 16,7% na escola). Problemas de discriminação relacionados à religião parecem ser mais recorrentes entre os protestantes. Impressiona o fato de que 9,5% dos que afirmaram, entre os protestantes, ter sofrido preconceito identificarem que a razão principal de discriminação na escola foi a sua religião. Os protestantes também foram os únicos que identificaram sofrer discriminação por causa da religião no espaço público, realidade para 3,6% dos que afirmaram padecer algum tipo de discriminação nesse grupo. Mesmo em casa, 4,3% dos protestantes identificam em sua religião o principal motivo de situações de discriminação. Para 4,5% dos ateus, a ausência de religião também é motivo de situações adversas em seus lares.

A religião não precisa necessariamente ser externalizada e com isso se enfrentam de forma mais recorrente outros preconceitos oriundos de elementos mais aparentes. Em relação aos protestantes, uma possibilidade para essa maior experiência de situações de discriminação entre jovens pode estar relacionada à forma pela qual seus fiéis vivenciam sua crença. Do protestante espera-se que exerça sua fé e a proclame em todos os espaços, pregando e buscando que mais e mais pessoas se convertam a sua fé. Essa postura ativa de “viver a religiosidade” pode explicar parte da discriminação que esses afirmam sofrer, pois ao pregar o evangelho os jovens protestantes acabam se expondo e assim ficam sujeitos a ações de preconceito. É comum a afirmação de que, para evitar problemas, muitos jovens optam por serem “crentes secretos” em suas escolas e especialmente no Ensino Superior, pois ao não se expressarem como protestantes evitariam associações recorrentes e preconceituosas que relacionam sua fé a ignorância, manipulação e mais recentemente ao charlatanismo e ao curandeirismo. No caso das religiões de Matriz Africana as discriminações têm-se dado também por conta dessa exterioridade, especialmente em

decorrência da utilização de vestimentas rituais utilizadas e que acabam por conferir maior visibilidade aos fiéis.

Solutions

Diante deste diagnóstico quais são as iniciativas que a sociedade brasileira vem adotando no enfrentamento desta temática? Propiciar espaços de diálogo, minimamente controlados, é um foco central que ações de promoção dos direitos religiosos num mundo plural devem considerar, a partir de ações que promovam o respeito à diversidade de crenças, a liberdade de culto e a garantia da laicidade do Estado, como preconiza o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), documento produzido com significativa participação social é que o principal norteador das políticas públicas na área dos Direitos Humanos.

Em 2014 foi criado o Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa e já existem colegiados com a mesma proposta em seis Estados. A articulação destes colegiados e outros organizados a partir da sociedade civil é algo essencial, pois a partir desses espaços são estimuladas situações em que lideranças religiosas se reúnem para refletir e promover debates sobre a presença e o papel das religiões na sociedade brasileira a partir do território.

Paralelamente a isto são realizadas as Oficinas Deliberativas sobre Diversidade Religiosa e Direitos Humanos. Em 2014 foram realizadas em nove cidades, numa parceria que envolve várias Universidades, lideranças religiosas e o poder público. Nestas reuniões, com duração de um dia, reúnem-se lideranças religiosas e militantes dos direitos humanos com o objetivo de debateram temas polêmicas que envolvem ambos os grupos. Com uma metodologia baseada no diálogo, estes encontros visam didaticamente demonstrar a possibilidade de o grupo chegar a mínimos consensos, a partir de dinâmicas previamente acordadas e bem delimitadas que visam estabelecer os procedimentos para que o diverso grupo, a partir do debate e, principalmente, de posturas em que pessoas cedam naquilo que consideram não essenciais, busque chegar a um consenso mínimo.

Estas duas iniciativas representam uma **primeira frente de criação de espaços de diálogo no território** (criação de colegiados de promoção do respeito à diversidade religiosa e realização de oficinas de diálogo) e compõe um conjunto de ações que fazem parte de uma estratégia mais ampla que inclui outras iniciativas. O foco destas iniciativas é o diálogo, não no nível teológico ou místico, mas sim em relação à aspectos éticos. Promover de forma regulada e neutra essa dimensão representa a possibilidade de espaços que se abrem para uma lógica que é bem expressa pelas palavras do Padre Marcelo Barros (2015), uma das principais lideranças na área do diálogo inter-religioso no Brasil, sobre esse diálogo entre as religiões ele afirma:

1. The dialogue is for entering to the logic of the other. This means that the other –different– is welcome as it is, in its radical difference; the purpose is not to dialogue about similarities and points of agreement.

2. Accept others and their faith as they are, does not involve a confusing relativization of our own identity. Accept, yes, relativize our expression of faith (do not do it means to be prisoners of dogmatism) to learn from each other, without being necessary to believe as the other, or think like him.

3. With it, we broaden our vision and enrich our understanding and living the faith, accept questions and issues that the encounter and dialogue provide and stimulate.

Uma **segunda frente é a de formação** e está relacionada à produção de materiais para TV e para o uso nas escolas como materiais didáticos. Para a TV, desde 2014, a TV Brasil veicula a Faixa da Diversidade Religiosa horário na grade da emissora para o qual foram criados dois programas que tiveram a segunda temporada autorizada e que já veicularam mais de 50 episódios voltados para a temática. Os programas são: “Entre o Céu e a Terra” e “Retratos de Fé”. Materiais importantes que contribuem para o diálogo e a reflexão sobre o lugar da religião na sociedade brasileira e que potencialmente podem ter um grande alcance graças a sua veiculação pelos meios de comunicação de massa e pelas redes sociais e também pela qualidade de sua abordagem e cuidado técnico.

Diferentes grupos de pesquisa e fóruns de professores têm articulado ações afirmando a temática dos Direitos Humanos e a importância do diálogo e do respeito à Diversidade Religiosa. Tem se buscado a produção de materiais e oferecimento de cursos sobre a temática da diversidade religiosa para que estes sejam disponibilizados para professores e estudantes da Educação Básica. O ensino religioso é obrigatório nas escolas públicas, conforme preconiza a Constituição. A implementação deste é responsabilidade dos Estados, os quais têm adotado diversas posturas. O Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa apresentou sua posição junto ao Supremo Tribunal de Justiça, onde afirmou que entende que este deva ocorrer a partir de uma perspectiva não-confessional e não-proselista, fundamentado a partir de conteúdos das ciências sociais relacionados à temática da religião.

Uma **terceira frente é a compreensão e a articulação do papel das religiões na promoção dos Direitos Humanos e de uma sociedade mais solidária**. Desde 2013 há uma iniciativa da UNICEF por meio da criação do Movimento Paz & Proteção, iniciativa que visa mobilizar as comunidades religiosas no sentido destas se tornarem ambientes seguros para crianças e adolescentes. Uma das ações desta iniciativa relaciona-se a promoção do Registro de Nascimento Civil nos municípios em situação crítica. Neste espaço são reunidas lideranças de várias confissões religiosas e discutem-se estratégias, conjuntas ou isoladas, em que se pode garantir a segurança e os direitos

das crianças e adolescentes. Experiência similar foi realizada em 2015, onde foram reunidas lideranças religiosas de 45 diferentes confissões para um debate sobre o sagrado e a natureza, promovida em parceria com o Instituto responsável pela gestão das Unidades de Conservação Ambiental (ICMBio). A questão central nestas iniciativas é o reconhecimento da capilaridade social das religiões e a articulação de suas ações em prol de uma sociedade mais justa e solidária.

Uma **quarta frente de ações é a produção de pesquisas e relatórios** que subsidiem a abordagem à temática. No início de 2016 foi lançado o primeiro Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa a partir da coleta de dados de autos policiais, processos judiciais, matérias da imprensa e depoimentos pessoais nos dez Estados em que se identificam a maior quantidade de denúncias por discriminação religiosa (FONSECA; ADAD, 2016). A produção de informações e dados de qualidade é elemento central para todo e qualquer tipo de ação.

Considerações finais: a questão da juventude

Aparentemente contraditórias duas ideias – crise das religiões e maior visibilidade das religiões no espaço público e nas biografias individuais – convivem na experiência religiosas dos jovens brasileiros de hoje. No espaço público, tanto as grandes religiões mundiais quanto as novas religiões tendem a apresentar sua mensagem em termos éticos (a paz no mundo, os direitos humanos, a defesa do ecossistema etc.). Nas trajetórias individuais, valores, opções de lazer, a linguagem da mídia, a presença da internet e outras tecnologias de informação interferem nas maneiras de estar no mundo e interferem, também, nas possibilidades de transferência geracional da religião. É nesta tensão que devem ser planejadas e elaboradas as iniciativas de diálogo inter-religioso que precisam, neste contexto, considerar a juventude. Reconhecer o arrefecimento da adesão destes às instituições religiosas, ao mesmo tempo em que se identifica diferentes formas de adesão e compreensão do religioso em meio a uma sociedade global em profunda ebulição.

A questão da promoção do respeito à diversidade religiosa “não se refere aos pressupostos que caracterizam cada manifestação religiosa em si mesma, mas à convivência entre as várias manifestações religiosas e ao diálogo não propriamente concernente aos seus princípios, mas à atuação em uma sociedade democrática” (Gallupo, 2000, 16). O espaço da tolerância é o espaço público, um espaço de diálogo que não precisa necessariamente entrar nas questões substantivas da religião. Como sociedade e como nação só é possível avançar com o reconhecimento e a garantia da diversidade que representam a coexistência das diferentes religiões. Nossos filhos devem conhecer e aprender dos mitos, estórias e histórias dessas diversas culturas, não se pode prescindir dessa riqueza, dessa diversidade que foi produzida pela humanidade.

A religião é um importante espaço de encontro/socialização dos jovens e das pessoas e, portanto, ações que visam uma cultura de paz precisam considerar as delicadas relações eivadas pelas religiões e pelo religioso que experimentamos em nossos países. Assim, penso que dentro de uma perspectiva de construção de Políticas Públicas de forma participativa, em que haja envolvimento direto dos e das jovens, o espaço das religiões é foco obrigatório de se procurar diálogo, de se buscar reverberação.

É preciso olhar para os jovens religiosos e os sem religião na busca de uma gramática que os inclua e que seja enriquecida pela realidade destes. Sobre uma possível relação entre religiões e Estado, o jurista Sérgio Rouanet fez um interessante comentário a partir de um texto do filósofo Jürgen Habermas:

...o Estado tem que dar grande atenção à semântica e ao potencial de motivação que as tradições religiosas têm. (...) a religião é uma força social muito ativa, com um papel importante a desempenhar em mundo em que ele [Habermas] vê dominado pela anomia, ceticismo político, narcisismo, que corroem o processo democrático. Segundo ele, a religião pode reintroduzir sentimentos como a solidariedade e responsabilidade na arena política. O Estado não deve ser secularista no sentido ultrapassado de relegar a religião ao obscurantismo, mas sim, segundo Habermas, usar a religião, num processo de aprendizado recíproco entre crentes e não crentes (apud Pereira, 2006).

Penso nessa tarefa, nesse diálogo, no contexto daquilo que o educador brasileiro Paulo Freire – em alusão a aspectos relacionados à dialética paciência-impaciência – entende ser o ato pedagógico (Gadotti, 1989): O ato pedagógico exige 'paciência histórica', vontade de caminhar junto e não de se sacrificar na vanguarda. Uma educação vai mais à frente na medida em que tiver menos heróis, menos sacerdotes que se imolam em holocausto.

É mister que caminhemos juntos dos e das jovens que participam das religiões e dos que se posicionam por não ter religião no sentido de construirmos Políticas Públicas de/para/com Juventudes, numa perspectiva dos Direitos Humanos e da diversidade de forma abrangente e mais próxima da plural e colorida realidade nacional. Jovens que atuem na construção de sociedades democráticas e pacíficas. O desafio é grande, mas este é um imperativo democrático.



Termino minha fala com três imagens. Primeiro cito dois quadros de Marc Chagall, um que retrata o assassinato de Abel por Caim e o outro que ilustra o encontro de José com seus irmãos quando governador no Egito. Ao apresentar estas pinturas gostaria de pensarmos, ao olharmos para elas, naquilo que o rabino argentino, Sergio Bergman (2013), escreveu em seu livro sobre cidadania. Bergman afirma que “todo argentino é um pouco Caim”. Ali e em qualquer

sociedade contemporânea passou a ser normal o assassinato de irmãos. Passou a ser natural o fato de as pessoas se matarem, a existência do fratricídio, irmãos que matam irmãos; brasileiros que matam brasileiros. A sociedade argentina, a que ele se refere, ou a sociedade brasileira, podem escolher outro caminho. Daí a importância da imagem de José, ele tinha tudo, motivos e possibilidades, para se vingar de seus irmãos que o venderam como escravo. O clímax dessa história é o reencontro seguido do perdão. José acolheu a seus irmãos, os abraçou.

Esse abraço é o que acolhe, aproxima, cria laços. Já Caim agrediu a seu irmão por um motivo fútil, com o seu braço o matou e daí a pergunta que o rabino coloca é: como sociedade escolheremos o braço de Caim ou o abraço de José? A partir destes exemplos, que encontramos tanto na Torá, como no Alcorão como na Bíblia, ele indica que as opções estão postas, resta estabelecer a nossa opção enquanto sociedade hoje. Continuaremos optando pelo fratricídio ou buscaremos uma vida em solidariedade?

É preciso abandonar a lógica de viver a partir do “braço de Caim” e escolher viver a partir do “abraço de José”. Um abraço que acolhe o outro, um abraço de paciência que aprende a esperar, um abraço que convive no respeito e na tolerância ao outro. Vivemos uma sociedade que fica cada vez mais intolerante. Isso só será superado com o envolvimento de todos e todas, com políticas públicas sérias, diagnósticos, empenho, diálogo e, acima de tudo, com essa paciência misericordiosa que abraça e que acolhe, que acomoda piedosamente o outro como cidadão e cidadã de um mesmo espaço, em um mesmo território, numa mesma terra.



Por fim gostaria de compartilhar um adinkra africano o “Mpatapo”. Os adinkras são ideogramas estampados em tecidos que transmitem mensagens relacionadas a sabedoria tradicional, aos aspectos da vida e do ambiente e às virtudes da cultura local do povo Akan, que se encontra espalhado pelos territórios de Gana e Costa do Marfim.



O “Mpatapo” (“nó de pacificação/reconciliação”) representa um laço ou um nó que une as partes após um tempo de disputas, representando o momento de reconciliação, paz e harmonia. É um símbolo que afirma o encontro da paz depois de lutas e conflitos. Que este símbolo da paz, de processos de reconciliação e pacificação possam nos inspirar no desafio de construirmos diálogos inter-religiosos num mundo pluralista.

Referências Bibliográficas:

Barros, Marcelo (2015). The difficult dialogue between brothers: proposal for Christian-Muslim dialogue in Latin America. In: Dossier for inter-religious dialogue. Disponível em: <http://eatwot.net/VOICES/2015DialogueInter-Religieux.pdf>

Bergman, Sergio. *Argentina ciudadana*. Buenos Aires: Ediciones B, 2013.

Fonseca, Alexandre Brasil; Novaes, Regina (2007). Juventudes brasileiras, religiões e religiosidade: uma primeira aproximação. In: Abramovay, Miriam; Andrade, Eliane; Esteves, Luiz Carlos. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: MEC/SECAD & Unesco, p. 149-171.

Fonseca, Alexandre Brasil; Adad, Clara (orgs.). *Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa (2011-2015): resultados preliminares*. Brasília: SDH, 2016.

Gadotti, Moacir (1989). *Educação e Poder – Introdução à Pedagogia do Conflito*. São Paulo: Cortez.

Gallupo, Marcelo Campos (2000). Direito, democracia e religião: a questão da tolerância. *Veredas*, n. 1, p. 11-18.

Pereira, Merval (2006). Política e religião. *O Globo*, 27 de abril de 2006, p. 4.